



Anais da Assembléia

Nº 004

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE FEVEREIRO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walnor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademair Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª

LEGISLATURA

ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 1997

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Ofício:

OFÍCIO Nº 006/97/GL-PMDB

Curitiba, 19.02.97.

Senhor Presidente.

Venho mui respeitosamente através do presente, comunicar a esta Presidência que, em 18 de fevereiro do corrente ano, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, reuniu-se para eleger o novo Líder da Bancada.

Gostaria ainda de informar que fui indicado para responder, juntamente com meus companheiros, pelas posições e decisões de nossa sigla partidária junto a esta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o presente momento, aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

(a) ORLANDO PESSUTI

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 069

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER para que sejam colocados em regime de urgência, a votação dos Projetos de Lei nº 32, 33, 231 e 337/96, que se encontram na Diretoria de Apoio ao Plenário - DAP e Comissões de Finanças.

Sala das Sessões, em 19.02.97.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

Os Projetos de Lei nº 32 e 33/96, que autorizam o Poder Executivo a doar ao Município de Jacarezinho duas áreas medindo, respectivamente: 4.101,00 m², com área construída de 1.611,36 m², pertencente à Secretaria de Estado da Agricultura; e outra com 63.725,66 m², pertencente ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, encontram-se no DAP desde o dia 26 de junho de 1996.

O Projeto de Lei nº 231/96, que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar uma Unidade do Corpo de Bombeiros na Cidade de Santo Antonio da Platina, encontra-se na douta Comissão de Finanças desde o dia 29 de outubro de 1996.

O Projeto de Lei nº 337/96, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a construir e pavimentar o trecho de estrada que liga a PR-218 à PR-439, entre os Municípios de Jundiá do Sul

e Santo Antonio da Platina; encontra-se no DAP desde 26 de novembro de 1996.

REQUERIMENTO Nº 057

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Manoel Mena Barreto, do Município de Espigão Alto do Iguaçu - PR.

Requer ainda, que do teor do presente, seja dado ciência à família Barreto.

Sala das Sessões, em 19.02.97.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Toda a comunidade de Espigão Alto do Iguaçu se encontra em estado de consternação pelo passamento do senhor Manoel Mena Barreto.

Sempre teve uma vida repleta de exemplos de comportamento e espírito comunitário. Semeou junto à população, ao longo de sua existência as sementes de uma vida digna e correta. Participou ativamente das lutas da comunidade. Foi sempre um homem humilde e companheiro.

Marido e pai exemplar, deixa uma família, que certamente saberá homenageá-lo também com uma conduta espelhada nos bons exemplos herdados desse que Deus chamou para o outro mundo.

Por intermédio deste Deputado, a Assembléia Legislativa do Paraná, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar que se abateram sobre a família Barreto, endereçando a ela votos de sentidas condolências, rogando a Deus que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 059

Senhor Presidente.

A Liderança do Partido Democrático Trabalhista, que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 32, § 1º, III do Regimento Interno), REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata, de manifestação de pesar pelo falecimento do SENADOR DARCY RIBEIRO, ocorrido no último dia 17.

Outrossim, solicita o envio de correspondência ao Doutor Mário Ribeiro, irmão do falecido (Rua

Bolívar, 07, ap. 09-Cobacabana-CEP 22061-020 - Rio de Janeiro - RJ).

Sala das Sessões, em 19.02.97.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A pretensão de inclusão em Ata desta Casa de Leis, de nossa manifestação de pesar, demonstra também o sentimento da população do Paraná, pela falta que faz o Senador Darcy Ribeiro.

Sempre dedicou-se às questões polêmicas ligadas à educação e à criança.

Mineiro de Montes Claros, nascido em 26 de novembro de 1922, mudou-se para Belo Horizonte em 1939, ingressando na Faculdade de Medicina, tendo abandonado o curso e se transferido para São Paulo para estudar Ciências Sociais, formando-se em 1946.

Viveu durante 10 anos junto a comunidades tribais da Amazônia.

Foi o organizador e criado da Universidade de Brasília em 1961, ocupando o cargo de Reitor de 1962 a 1963.

Pelo movimento militar de 1968, foi exilado.

Criou o Museu do Índio, considerado pela UNESCO "como o primeiro do mundo a quebrar os preconceitos contra o índio e a difundir sua cultura".

Obteve reconhecimento internacional por suas ações como antropólogo, historiador, cientista político, romancista e membro da Academia Brasileira de Letras.

Em 1980 recebeu o Título de "Doutor Honoris Causa" da Universidade de Sorbonne, na França.

Foi eleito vice-Governador do Rio, em 1982, na chapa encabeçada por Leonel Brizola.

Criou os Projetos dos CIEP's (escola de tempo integral) e do Sambódromo.

Assumiu uma vaga no Senado Federal em 1990.

Alcançou vários cargos importantes na política; foi Ministro do Gabinete Civil e Educação e Assessor direto dos Presidentes da República Juscelino Kubitschek, João Goulart, Salvador Allende (Chile) e Juan Velasco Alvarado (Peru).

Sua contribuição para o Brasil entre outras, foi a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

No Senado Federal trabalhou intensamente para que o Governo Federal sancionasse a Lei de Doações de Órgãos.

Viu com tristeza o Governo Moreira Franco iniciar o desmonte do maior Programa de Educação: os CIEP's.

Em 1995 o Governo do Rio de Janeiro desativou mais CIEP's e colocou mais de 350.000 crianças em turno único: "dizem que é muito caro manter este programa". "CARO É O CUSTO DOS PRESÍDIOS, DOS DROGADOS, DOS DELINQUENTES, DA VIDA HUMANA, DA EXCLUSÃO".

Foi "UM HOMEM QUE DEVOTOU SUA VIDA AO SER HUMANO, AOS ÍNDIOS, AOS NEGROS, AOS EXCLUÍDOS".

Em dezembro de 1974, quando em férias em Portugal, descobriu que sofria de câncer. Desde fevereiro de 1995 recebia acompanhamento médico do Hospital Sara Kubistcheck.

Nesta última semana foi internado com anemia, problemas respiratórios e dores, vindo a falecer às 19 horas do dia 17.02.97.

Nos seus anos de vida, deixou milhões de admiradores.

Por isso, pedimos a inserção em Ata, de manifestação de pesar pelo falecimento do Senador Darcy Ribeiro.

REQUERIMENTO Nº 072

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro nos Anais da presente sessão, de votos e congratulações ao Doutor Marcos Cury Neubauer, por sua participação em atividade científica da área médica, evento CIRURGIA 96 "PERSPECTIVAS E DESAFIOS AO CIRURGIÃO GERAL" e conquista do primeiro lugar no Concurso CIRURGIA 96, prêmio Professor Oswaldo Borges da Costa, realizado em Belo Horizonte - MG, no período de 2 a 4 de maio de 1996.

Sala das Sessões, em 09.02.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O talento paranaense deve ser constantemente lembrado e homenageado, proporcionando aos mesmos mais motivação em seu desenvolvimento

profissional, científico, cultural, esportivo e político.

Com este objetivo e com respeito, é que requeremos desta Casa de Leis, o registro nos Anais da presente sessão, de votos de congratulações da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná ao Doutor MARCOS CURY NEUBAUER, natural de União da Vitória, formado em Medicina pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, em 1979, com curso de Pós Graduação na Suíça, por sua dedicação à medicina e à pesquisa para descoberta de novas técnicas cirúrgicas.

A técnica cirúrgica desenvolvida pelo Doutor Marcos, já obteve diversos reconhecimentos públicos, estadual e nacional, entre eles no projeto "Bicho do Paraná" e, em maio de 1996, na Cidade de Belo Horizonte, conquistou o primeiro lugar do prêmio Professor Oswaldo Borges da Costa, em Concurso Nacional de Cirurgia, com o trabalho "NOVA TÁTICA VÍDEO-LAPAROSCÓPICA NA FUNDOPLICATURA A NISSEN", técnica cirúrgica praticada por ele e sua equipe.

Desta forma, entendemos que esta Casa de Leis, além de prestar homenagem a este cirurgião paranaense, estará motivando outros pesquisadores da área médica ao aprofundamento de suas pesquisas, em benefício da população paranaense e brasileira.

REQUERIMENTO Nº 056

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Diretor Geral do DER, solicitando providências no sentido de recuperar a rodovia que liga Jesuítas a Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 19.02.97.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

É uma verdadeira lástima as condições daquele trecho. Chega a ser um exercício perigoso transitar na rodovia em tela. Enormes buracos, sem acostamentos, afundamento de pista, enfim é verdadeiro afirmar que não existe mais asfalto.

Por outro lado é preciso acrescentar que é enorme a quantidade de veículos que se utilizam da PR-239,

tendo em vista tratar-se de uma região pujante com grande potencial econômico. Agora que a safra está chegando, as coisas se complicam ainda mais, isto porque os transportadores não querem carregar a colheita em função das péssimas condições da estrada e só aceitam fazer, aumentando sobremaneira o preço do frete. A agricultura que já vem sofrendo nos últimos anos, se vê novamente a frente de mais uma situação inusitada. É preciso, pelo menos, a recuperação parcial da rodovia, a fim de permitir a trafegabilidade sem riscos de acidentes.

Quando chove, é totalmente impossível a ida e vinda de veículos. Justifica-se plenamente o envio de expediente, alertando as autoridades competentes.

REQUERIMENTO Nº 058

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando pavimentação asfáltica, conforme previsão orçamentária, entre a sede do Município de Diamante do Sul à PR-277.

Sala das Sessões, em 19.02.97.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

É totalmente inconcebível que a malha asfáltica não atinja todos os municípios paranaenses. Especialmente Diamante do Sul, que possui uma agricultura forte, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento do Paraná. Por outro lado, é necessário salientar que o processo de licitação desse trecho já está concluído, faltando tão somente a emissão da Ordem de Serviço. A realização dessa importante obra, com certeza, ajudará na fixação da população local. Caso contrário, o esvaziamento continuará, uma vez que ninguém suporta mais os transtornos ocasionados quando ocorrem chuvas.

A trafegabilidade nos 14 quilômetros que separam a sede do município à BR-277, é um verdadeiro exercício de perícia. Não sendo poucas as vezes que ocorrem acidentes, muitos dos quais fatais.

REQUERIMENTO Nº 061

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema que vem ocorrendo com a rede de esgoto da Av. Anita Garibaldi, ao lado do nº 3801 - Barreirinha, a qual estourou e vem exalando um mau cheiro insuportável, além do perigo de contaminação de doenças.

Maiores informações podem ser obtidas com a senhora Ana Maria Martins Bizzi, pelo telefone 252-4623.

Sala das Sessões, em 19.02.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 062

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água que vem ocorrendo na Rua Diogo Muggiati, nº 2991. A falta de pressão é muito grande, causando uma série de problemas para os moradores da citada rua, principalmente no trecho entre as ruas Tenente Coronel Viligran Cabrita Johnscher e Francisco Lourenço.

Maiores informações podem ser obtidas com a senhora Ana Maria da Silva, pelo telefone 278-3399.

Sala das Sessões, em 19.02.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 063

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos moradores na Rua Heitor Buzato - Bairro São Gabriel, referente ao desentupimento das manilhas existentes em frente ao nº 293.

Quando chove, a rua fica alagada, causando uma série de transtornos para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 19.02.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 064

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Belo Horizonte, proximidades do número 200 - Vila Sandra II - Campo Comprido, os quais solicitam a implantação de saneamento básico no local.

O esgoto sanitário corre a céu aberto e invade os terrenos das casas, tornando insuportável a vida dos moradores, além do perigo de contração de doenças.

Sala das Sessões, em 19.02.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 065

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos moradores desse município, os quais solicitam a colocação de um semáforo na Rodovia da uva, Km 2,5 nas proximidades da Loja de Materiais de Construções "Roça Grande". O Cruzamento ali existente é muito perigoso e no trevo que dá acesso a vários bairros de Colombo ocorrem acidentes com frequência.

A situação é realmente delicada, motivo pelo qual os moradores requerem tal semáforo, o que certamente tornará o trânsito mais organizado e seguro.

Sala das Sessões, em 19.02.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 066

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da

Rua Belo Horizonte, localizada na Vila Sandra II - Campo Comprido, os quais solicitam a determinação de policiamento no local, uma vez que nas proximidades existem vários bares que ficam abertos a noite toda, onde há jogos de baralho e muita bagunça.

Os moradores não podem dormir, o que vem lhes causando inúmeros transtornos, uma vez que são todos trabalhadores que necessitam descansar para no dia seguinte desenvolverem suas atividades. A presença de policiais com certeza resolverá o problema.

Sala das Sessões, em 19.02.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 073

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de correspondência ao Doutor Euclides Giroldo Scalco, Diretor Geral Brasileiro da Itaipu Binacional, para que estude a possibilidade de doar os equipamentos de informática usados da referida empresa ao Município de Foz do Iguaçu, auxiliando a implantação de laboratórios de informática nas escolas de primeiro e segundo graus, criando novas oportunidades de ensino aos alunos daquela municipalidade.

Sala das Sessões, em 19.02.97.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A empresa Itaipu Binacional providenciará a compra de novos equipamentos de informática para seus escritórios, substituindo os antigos computadores 386 e 286, pelos de última geração, sendo que a alienação ou mesmo o leilão destes equipamentos usados, não trará grandes benefícios à Binacional.

Já a possibilidade de implantação de laboratórios de informática nas escolas municipais de Foz do Iguaçu, com estes equipamentos usados, criará uma nova oportunidade de aprendizagem e ainda, auxiliará a consolidação da imagem institucional da empresa.

Há nos Estados Unidos da América, entidades especializadas em recuperar antigos equipamentos de informática doados por empresas ou órgãos governamentais, que após a

reforma dos equipamentos os entregam às escolas secundárias públicas de vários Estados. No Paraná, a Itaipu Binacional poderia ser a primeira empresa a criar esta mentalidade de auxílio de aprendizagem da linguagem do novo século.

REQUERIMENTO Nº 074

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de correspondência ao Secretário de Estado da Saúde, Doutor Armando Martinho Bardou Raggio; ao Ministro da Saúde, Doutor Carlos Albuquerque; ao Doutor Euclides Giroldo Scalco, Diretor Geral da Itaipu Binacional, para que ultimem os estudos de viabilidade de abertura do Pronto Socorro do Hospital Ministro Costa Cavalcanti aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Sala das Sessões, em 19.02.97.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O Hospital Ministro Costa Cavalcanti, construído pela Itaipu Binacional, durante muito tempo foi impedido de prestar assistência médica-hospitalar aos usuários de Sistema Único de Saúde (SUS), por atender exclusivamente aos funcionários daquela empresa.

Com a constituição da Fundação Itaiguapy para o gerenciamento do hospital conseguiu-se o número de 70 leitos hospitalares para atendimento de usuários do SUS, sendo que ainda hoje a população necessita do Pronto Socorro do Hospital Ministro Costa Cavalcanti.

Os problemas financeiros da Santa Casa Monsenhor Guilherme atrapalharam o atendimento de urgência da Cidade de Foz do Iguaçu, sendo que a cidade ressenha-se de mais um ponto de auxílio para o atendimento de urgência, sendo que o Hospital de Itaipu poderá ser ideal para prestar este atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde.

REQUERIMENTO Nº 075

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, solicitando a inclusão dos Municípios de Altônia, Icaraima, São Jorge do Patrocínio e Vila Alta, no "Plano de Desenvolvimento da Costa Oeste".

Do aprovado requer ainda seja comunicado ao Senhor Prefeito Cláudio A. A. Palozi, Presidente do Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência - CORIPA (R. Mal. Cândido Rondon, 164 - CEP 87555-000).

Sala das Sessões, em 19.02.97.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tal proposta fundamenta-se no Ofício 006/97, datado de 05 de fevereiro do corrente, recebido do Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência - CORIPA, no qual manifesta o desejo de que os Municípios de Altônia, Icaraima, São Jorge do Patrocínio e Vila Alta, em cujos territórios localiza-se o Arquipélago de Ilha Grande no Rio Paraná, sejam incluídos no Plano de Desenvolvimento da Costa Oeste.

Conforme justificativa, o local onde está localizado o arquipélago é o único trecho livre do Rio Paraná do território nacional que não foi alagado por barragem, apresentando belezas cênicas e naturais que resguardam os atributos primitivos da área, bem como animais em fase de extinção. Nesta área também está localizada a Estação Ecológica Estadual de Ilha Grande, e ainda como entorno protetivo da Estação Ecológica, existem as APA's municipais, gerenciadas pelo CORIPA.

Diante do exposto, esperamos de Vossa Excelência o devido apoio ao pleito.

REQUERIMENTO Nº 077

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, estribado no art. 133, parágrafo 4º da Constituição Estadual, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Giovani Gionédís, Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, as

providências necessárias no sentido de determinar que seja repassado ao gabinete deste Parlamentar, mensalmente, o demonstrativo financeiro expedido pela Coordenação da Administração Financeira da Secretaria de Estado da Fazenda, referente ao mês imediatamente anterior.

Sala das Sessões, em 19.02.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Como legítimos representantes do povo, Senhor Presidente, é dever e direito, de todo Parlamentar informar-se, informar, acompanhar e fiscalizar o emprego dos recursos públicos do Estado. Portanto, nada mais justo que cada Deputado seja municiado com as informações ora requeridas, de tal forma que se lhe permita acesso aos dados que servem de ponto de partida para o correto exercício da sua função.

REQUERIMENTO Nº 076

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando as seguintes informações:

- Qual o número de cargos comissionados desta Secretaria de Estado (inclusive os Cargos de Assistente de Segurança, que desempenham função de Delegado no Interior do Estado)?;

- Qual a simbologia destes cargos acima mencionados, qual seu vencimento total, quem são seus ocupantes (nomes completos), onde estão lotados estes ocupantes e que função desempenham? e

- Se existem cargos comissionados de outras Secretarias de Estado que estão a disposição de servidores que prestam serviços à Secretaria de Estado da Segurança Pública. Se houver, qual sua simbologia, qual seu vencimento total, por quem são ocupados (nomes completos), onde estão lotados seus ocupantes e que função desempenham?

Sala das Sessões, em 19.02.97.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

WALMOR TRENTINI

ADEMAR TRAIANO

CEZAR SILVESTRI
AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 067

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, do Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União, referente à ponte do Rio Paraná no Município de Guaíra.

Sala das Sessões, em 19.02.97.

(a) BETO RICHA

Projetos de Decreto Legislativo:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 001/97**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica referendado o Decreto Legislativo nº 001/97, de 05 de fevereiro de 1997, que autorizou o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do País, no período compreendido entre 06 e 20 do corrente mês de fevereiro, com destino à Europa, a fim de participar da Reunião da Câmara de Comércio e Indústria de Lyon e do Seminário promovido pela Câmara de Comércio e Indústria de Paris; manter encontros com lideranças empresariais e do Setor de Ciência e Tecnologia, em Londres; participar de reunião com a Direção da Renault e seus fornecedores; além de tratar de outros assuntos de interesse do Estado.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data e sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.97

(aa) ANIBAL KHURY

LUIZ CARLOS MARTINS

NELSON GARCIA

COMISSÃO EXECUTIVA

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 02/97**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica referendado o Decreto Legislativo nº 02/97, de 18 de fevereiro de 1997, que designou o Deputado Luiz Carlos Caito Quintana para coordenar o processo de adaptação da Constituição do Estado às modificações constitucionais federais e a reforma do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.97.

(aa) COMISSÃO EXECUTIVA

ANIBAL KHURY

LUIZ CARLOS MARTINS

NELSON GARCIA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 021/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Núcleo Espírita Universitário, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O Núcleo Espírita Universitário é uma entidade sem fins lucrativos, fundado em 23 de maio de 1984, que presta relevantes serviços a comunidade de Londrina.

Estando conforme com o que exige a Lei nº 6.994, que dispõe sobre a declaração de Utilidade Pública, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 022/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Educandário Nossa Senhora Aparecida, com sede e foro no Município de Francisco Alves - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 19.02.97.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pedido, tendo em vista que a Entidade presta atendimento em creche com aproximadamente 40 crianças com faixa etária de 0 a 6 anos de idade, atendimento em marcenaria, maternal, pré-escolar, berçário e às famílias de baixa renda do Município de Francisco Alves.

PROJETO DE LEI Nº 023/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica acrescido ao artigo 1º, da Lei nº 8.946, de 05 de abril de 1989, um parágrafo segundo, com a seguinte redação:

"Art. 1º - ...

1º - ...

2º - Excetua-se dos ditames desta lei, o esporte de Tiro ao Vão, praticado sobre pombos domésticos, criados especificamente para a prática desta modalidade desportiva."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Tiro ao Vão é um esporte praticado em muitos países da Europa, como Espanha, Itália, Portugal, Inglaterra; como nos países latinos, como Argentina, Chile, Uruguai, México. Outros países, como EUA e do Oriente Médio o praticam.

Este esporte é disciplinado e administrado internacionalmente pela "Federation Internationale de Tir aux Armes Sportives de Chasse - FITASC", com sede em Paris, França.

Na maioria dos países que o praticam, são usados pombos domésticos criados especificamente para este fim, e após abatidos são doados a instituições de caridade, para servir de alimento à população carente.

Esta modalidade de esporte parece sangüinária aos olhos de pessoas desconhecedoras das regras deste. Ele é praticado sobre um campo cercado, denominado "raquete" ou "pedana", de cerca de 52 metros de largura por 47 metros de profundidade. A 16 metros da cerca dos fundos, estão dispostas em linhas, as 5 caixas automáticas onde são colocados os pombos. Essas caixas distam entre si 5 metros, e destes à cerca lateral, 16 metros, sendo esta com altura do chão de 0,50 metros. O atirador posiciona-se a uma distância mínima de 27 metros dessas caixas. De uma delas, sem que o atirador saiba qual é, por dispositivo eletrônico, sorteada e aberta eletronicamente, sairá o pombo a uma velocidade aproximada de 80 km/ora, que deverá ser abatido dentro da "pedana". Os que não são acertados tomam a liberdade.

Tampouco existe matança indiscriminada de pombos, pois, na competição é ganhador aquele esportista que abate em torno de 15 aves, conseqüentemente os demais competidores abatem aves em menor número. Não há como negar que é uma quantia bem menor do que a grande quantidade de peixes abatidos por inúmeros pescadores de fim de semana nas represas, lagos, açudes, praias e lugares especialmente criados para a pesca.

O Tiro ao Pombo tem a mesma finalidade e serve aos mesmos propósitos como esporte do que a pesca de carpas, trutas e outros peixes criados em viveiros para proporcionar lazer aos pescadores e com fins meramente comerciais. No Tiro ao Vôo existem regras rígidas, visando o senso ético do praticante da caça esportiva e não da caça furtiva comprometedora da fauna. Os conhecidos campeonatos de pesca, entres eles, o mais famigerado - o do Dourado - pesca-se o animal nos rios, seu "habitat" natural, é exemplo vivo da caça predatória - nela sim, se fere os direitos do animal e não no tiro ao pombo.

Outrossim, a medida aqui proposta não fere nenhum dispositivo legal, já que a lei nº 5.197/67 (de proteção à fauna) trata de animais silvestres que vivam naturalmente fora do cativeiro (o que não é o caso dos

pombos, que são criados especificamente para a prática do Tiro ao Vôo). Esta mesma permite a existência, desde que obedecidas as exigências legais, de clubes ou sociedades amadoristas de caça e de Tiro ao Vôo (art. 11). Igualmente, a nossa proposta encontra amparo no Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934 (que trata de maus tratos em animais), já que em seu inciso XXVIII, do art. 3º, excetua o abate de pombos usados para tiro ao alvo nas sociedades, clubes de caça, devidamente inscritos no Serviços de Caça e pesca, como exemplo de maus tratos de animais. Como bem se nota, o Poder Público estimula a formação e o funcionamento de clubes e sociedades amadoristas de caça e de tiro ao vôo, objetivando almejar o espírito associativista para a prática deste esporte, e que essas entidades só funcionarão validamente após a obtenção de personalidade jurídica, como exige a lei civil e o registro no órgão público federal competente (arts. 6º, alínea "a", e 11, da Lei nº 5.197/67).

A guisa de maior informação, mencionamos que na data de 18 de janeiro de 1982, o próprio Conselho Nacional de Desportos aprovou por unanimidade e decidiu que a modalidade Tiro ao Vôo é prática lícita, sem empecilhos legais, já que a Lei nº 5.197/67 a autoriza, atendidos os pressupostos nele anunciados, sendo que as aves utilizadas na modalidade em questão são criadas única e exclusivamente para tal fim, como acontece aos animais que são criados especialmente para a alimentação humana.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente,
Senhora, Senhores Deputados.

Tivemos, em meados do mês de janeiro e no início deste mês de fevereiro, no noticiário estadual como sempre, de tumultos e problemas que ocorreram na Ilha do Mel. Neste ano a tônica da questão na Ilha do Mel, foi o impedimento do livre trânsito dos turistas do continente para a Ilha,

pelo órgão encarregado de atendimento daquele setor, que é o IAP e a Secretaria do Meio Ambiente. Houveram muitas discussões, muitos questionamentos, houveram problemas de toda a ordem, querendo culpar esta instituição ou aquele órgão ou coisa parecida.

Na realidade, Senhoras e Senhores, nós, hoje pela manhã, tivemos uma reunião na sede do IAP do Paraná, com a presença de todos os técnicos da Secretaria do Meio Ambiente e também do Instituto Ambiental do Paraná, discutindo com as entidades constituídas das Associações de Moradores, Associações de Barqueiros, todas as entidades representativas das comunidades da Ilha do Mel e do Pontal do Paraná, para discutirmos este assunto.

O que ocorre, Senhores Deputados, Senhor Presidente, é que no nosso entendimento - não vou querer aqui atribuir culpa a esta entidade ou àquele órgão - mas justiça tem que ser feita e faço questão hoje, de registrar neste Plenário o que está sendo feito em prol da melhoria das condições daquele balneário turístico e ecológico do Estado do Paraná. A Ilha do Mel representa, sem dúvida alguma, um dos melhores recantos turísticos deste Brasil, não só do Paraná. Lamentavelmente uma série de erros vieram acontecendo ao longo deste ano, a começar por um famoso Decreto nº 4.964, que prejudicava sensivelmente as melhorias de condições de acomodação daquele balneário, daquele recanto turístico.

Hoje pela manhã participamos de uma reunião e pudemos mais uma vez constatar a vontade política do IAP e da Secretaria do Meio Ambiente, que já vem trabalhando na Ilha do Mel ao longo destes últimos meses com muito afinco. O que ocorreu, para que houvesse aquele impedimento de pessoas de se deslocarem para a Ilha do Mel foi, no nosso entendimento, um trabalho sério que o IAP e a Secretaria do Meio Ambiente vinham fazendo na Ilha, em relação à preparação para o turismo, na questão da construção de embarcadouros no Pontal do Sul, no continente; questão da regulamentação das embarcações que fazem o tráfego dos turistas do litoral para o continente e também, da

questão dos tranques e dos setores de serviços do IAP e da Secretaria do Meio Ambiente lá na localidade de Farol e Brasília, na Ilha do Mel.

O que ocorreu, na realidade, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, foi que o "marketing", a Secretaria da Comunicação do Governo, ou o "marketing" do próprio Governo, querendo mostrar e valorizar as obras realizadas pela SEMA e pelo IAP naquele balneário. No nosso entendimento houve um extrapolamento, houve um excesso da divulgação por meio da imprensa e este excesso da divulgação pela imprensa veio efetivamente prejudicar todo o andamento e o trabalho que a própria Secretaria do Meio Ambiente e o IAP estavam realizando na Ilha do Mel.

Portanto, houve o tumulto, a Ilha não oferece condições de acomodação para o número de pessoas que estavam sendo dirigidas para aquela localidade. Há um impedimento legal pelo Decreto nº 4.964, que os nativos da Ilha do Mel, que os comerciantes da Ilha do Mel, os proprietários de restaurantes, de bares, de pousadas, não podem fazer as melhorias necessárias nas suas instalações para acomodar e receber os turistas na Ilha do Mel, e o que é que ocorre? A propaganda acima da expectativa melhorou efetivamente o nível do turista que hoje vai para a Ilha do Mel.

Entretanto, a Ilha não estava preparada para receber este tipo de turista. E o turista que vai para a Ilha do Mel, volta para o continente falando mal das acomodações, das instalações, do que ele vê na Ilha do Mel. Cria-se uma falsa expectativa, e isto, Senhoras e Senhores, tem que ser resolvido.

E a reunião de hoje pela manhã - quero aqui pedir desculpas a Deputada Irondi Pugliesi, eu disse a ela que seria na SEMA - e deveríamos também ter a presença do ex-Deputado Algaci Túlio, do Deputado Trevisan e do Deputado Accorsi, mas lamentavelmente não pudemos contar com a presença destes Parlamentares. A Deputada Irondi eu havia dito que era na SEMA e na realidade era no IAP. Portanto, as minhas escusas à Deputada Irondi Pugliesi, que foi até a SEMA e não encontrou a reunião. Mas foi de

fundamental importância, porque hoje se estabeleceu um diálogo entre comunidade e autoridades constituídas. Hoje firmou-se um pacto de realmente preparar-se a Ilha do Mel para turistas do mundo inteiro, não só deste País, com medidas concretas e medidas que, tenho certeza, trarão benefícios para o Paraná, para Curitiba, para o nosso litoral e para o nosso país, e principalmente, para a comunidade também que lá sobrevive do seu trabalho, através do sustento da sua atividade.

Ficou determinada hoje, a idéia da modificação do Decreto 4.964, que proíbe determinado tipo de construção na Ilha do Mel, determinado tipo de melhoria, impedindo também a atuação do IAP e da SEMA naquela localidade. Ficou hoje previsto, nesta reunião, o trabalho e o acompanhamento dos técnicos da SEMA e do IAP junto com os órgãos, com as instituições das comunidades daquela região, as associações de moradores, de barqueiros, de amigos da Ilha do Mel, para que tenhamos uma Ilha com condições de receber o turista sem a propagação da Ilha do Mel como sendo sinônimo de tóxico, como bem lembrou nesta Casa, à questão de umas sessões, de uns meses atrás, que a Ilha do Mel seja efetivamente aquele recanto que vai levar o nome do Paraná bonito, para o Brasil todo e exterior.

Ficou determinado também, nesta reunião, em que a regularização fundiária de todos aqueles imóveis da Ilha do Mel, serão também urgenciados pela SEMA e pelo IAP. Ficou determinado também, que será criado um Conselho, para decidir sobre as questões próprias, e que a Ilha do Mel, através do turista que vai para lá, possa efetivamente receber os recursos pagos pelo próprio turista para manutenção e sustentação daquele balneário.

Portanto, queria deixar registrado que a Ilha do Mel, a partir de hoje, com a vontade política - queria aqui louvar a atitude e o trabalho da Secretaria do Meio Ambiente e também do IAP do Estado do Paraná, que junto com comunidades e com esta boa vontade, com o trabalho determinado, haveremos de ver este balneário, nos próximos meses, como um grande recanto, o grande cartão postal

do Estado do Paraná, para o Brasil e para o mundo.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Luiz Carlos Alborghetti, nosso ilustre Líder do PTB.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ouvi atentamente ontem, quando estava no consultório médico atendendo um problema de pele com o Doutor Scheib, não tive condições de voltar ao Plenário para participar do debate. Sou católico e também sou um kardexista apaixonado, um espiritualista apaixonado, leio muito Alan Kardek, e ouvi muito sobre a Campanha da Fraternidade para os encarcerados do meu País, e fiquei a divagar: "mais uma, entre milhares e milhares e outras campanhas que tenho acompanhado neste País de máscaras"... Este País precisava lavar a cara e tirar a máscara, porque a cada ano que passa, vejo em todas as redes de televisão campanhas e mais campanhas para a prostituição infantil, e a prostituição mercantilista continua campeando este País. Ouço campanhas da prostituição mercantilista do menor que é usado em praça pública para ganhar dinheiro, a criança é cafetinada, Deputado Colombo, a mãe fica agenciando a criança para ela pedir esmolas.

Ontem, fizemos uma matéria no centro de Curitiba, Deputado Colombo, com uma câmera escondida, vimos uma senhora sentada, que vestiu as duas filhinhas como se fossem dois anjinhos, e as crianças iam trabalhar para a mamãe, mas muito bonita a mamãe, uma vagabunda de categoria, que já devia estar numa penitenciária, pelo menos por trinta dias para aprender a criar vergonha na cara, ela cafetinando as crianças, e as crianças buscando dinheiro e entregando para a mãe. Quer dizer, já vi campanhas neste País e não se resolve nada.

Agora, ontem foi preso na Capital do meu Estado, Deputado Colombo, Deputado Júlio Ando, Deputado Zuk, um animal, ele é tarado para matar, Deputado Zuk, ele gosta de matar, ele gosta de assassinar. Ele

entrou no apartamento de um Pastor quando o Pastor mantinha um conúbio sexual com uma parceira, e na hora do conúbio sexual o animal entrou, adentrou o quarto onde se praticava o conúbio, e os dois nus, ele mata o Pastor, dá algumas facadas na amante, a amante pede para não morrer. Ele, vagamente, tudo bem: "Vou te dar mais uma facadinha". Enfiou. Tirou. E roubou. A tara dele é roubar videocassete. Videocassete e televisão. Conforme a marca ele leva. Conforme a marca ele não leva. Mas a tara é matar. É assassinar.

Hoje ele deu uma entrevista no meu programa, e sorrindo, ele disse que mata. Está dentro dele.

Agora, não vi a Campanha da Fraternidade - sou católico - se pronunciar em nome das vítimas da família do Pastor Evangélico. Não vi. Acho muito bonita esta campanha na televisão. Achei até linda. Emocionou-me na hora que aquela mãe aparece com a criança no colo: "Piedade, Senhor. Dê-me a oportunidade, Senhor". Achei que a produção viria exagerar um pouco, e ela iria desmaiar e cair no chão. Seria mais bonito o espetáculo do "merchandising", que foi produzido para todas as televisões brasileiras. Achei um pouco de falta de criatividade. Achei que a moça deveria desmaiar, gritar.

Deputado Júlio Ando, que campanha fantástica!

Domingo passado - vou falar baixinho - estava a minha senhora num supermercado, em Matinhos, e na fila no caixa, na frente dela, uma "coquetinha" da elite dominante, uma menininha empinadinha - a sua mamãe, com um carro "Volvo" parado na porta - e o seu namoradinho, um outro "coquetinho", estavam fazendo compras no Supermercado Brasão, e eis que a "coquete": "Benzinho, quero comprar uma barra de chocolate". Aí, o "coquete": "Sim, amor". Aí, vai a coquetinha, de tenizinho, meia, com "aquela" bermudinha - talvez chamando a atenção dos clientes do supermercado - corre ela e pega a barra maior de chocolate e volta correndo ao caixa: "Benzinho, aqui está a barra de chocolate".

Aí, a minha senhora falou para a caixa: "Por gentileza, cobre a barra de chocolate e depois eu coloco as

compras e volto para meu residencial". O "coquete" falou: "Não vai registrar nada, não. Vou levar o chocolate". Pegou e roubou a barra de chocolate, e foi embora. A minha mulher olhou para a caixa e falou: "Você não vai falar para os seguranças do supermercado?" "Ah, não! Não sei!" "Mas, como? Roubaram a barra de chocolate!"

Aí sai a madame, a "coquete", o "coquetão", entraram no "Volvo": "plac, plac" - porque se fosse carro de pobre era "brrum" - entraram com o chocolate roubado. Deram a partida, a "coquetinha" na frente, o "coquetão" atrás e foram embora, com uma barra de chocolate roubada!

Aí me contaram, fui lá, fui no caixa, encostei a minha caminhonete na frente e falei: "Se fosse um pobre, vocês já tinham chamado o segurança, dado um pau no cara, e ele estava mais quebrado que arroz de terceira, já estava encanado, estava na cadeia!" Agora, como é da elite dominante, os "coquetinhos" roubam! Oh, paizinho desgraçado! E ainda vem me falar de Campanha da fraternidade! O que é que é isso? Campanha da Fraternidade! Fraternidade!

Ar condicionado, como disse ontem o Deputado Vanhoni - me deixou louco! Só falta colocar ar condicionado para os presos, porque eles estão com muito calor! E, quando chegar o frio, ar condicionado quente! É verdade o que estou falando!

Cadê a Campanha da Fraternidade para as jovens que são estupradas, neste País? Das mães que são assassinadas, neste País? Cadê a Campanha da Fraternidade para as mães que estão chorando lágrimas de sangue, porque vêem as filhas abrindo as pernas nos motéis da vida, para poder comprar uma grama de cocaína? Vêem os filhos se tornando marginais, roubando toca-fitas para comprar uma grama de cocaína?

Agora à pouco, Senhores Deputados, sabem quem foi preso no Estado do Paraná? Vocês não estão sabendo ainda, não? Não me diga!... Acaba de ser preso, no Paraná, na barreira entre o Paraná e Foz do Iguaçu - vocês ainda não sabem, não estão sabendo? Tem que assistir o meu programa, para ficar bem informado, serve de pauta. Estão presos, na Polícia Federal de Foz do Iguaçu, dois

policiais civis, com dois carros roubados em Curitiba - um, eles venderam no Paraguai.

Oh, meu Deus!

Sabem como eles passaram no Paraguai? Primeiro, passaram na barreira: "Polícia Civil." Chegaram na barreira: "Buenas tarde, estamos com dois 'coches', duas 'cabritas' da Delegacia de Polícia de Curitiba, somos tiras, com licença." Mas os homens da Federal viram, sacaram e: "Manda prender os homens, tudo carro roubado." Estão em cana!

Vim aqui divagar... Eu sei, Deputado, que o senhor queria falar, mas podemos até discutir a tarde inteira. Sabem quem tirei de uma Delegacia daqui, ontem à noite? Sou a favor da Campanha da Fraternidade para os pobrezinhos que estão com as penas vencidas lá dentro e precisam ser retirados. Sou a favor da Campanha da Fraternidade para melhorarmos - como debatemos na Constituição - para ajudar o Poder Judiciário, criar mais Varas, dar mais poder ao Judiciário, tirar aqueles que estão cumprindo penas de mais, já cumpriram as suas penas. Deputado Caíto, eu, o Deputado Pessuti, o Deputado Tavares, os Deputados mais velhos desta Casa, debatemos na Constituição...

Ontem, foi presa num shopping da Capital, uma jovem - me localizaram às 11 horas da noite - ela roubou uma mochilazinha, ela estava grávida e foi presa. Fui ao 8º Distrito e o Delegado disse: "Não, não costumo atender político". Falei: "Não estou aqui como político, estou aqui como homem de imprensa, estou aqui como jornalista e não como Deputado, e quero saber o que o senhor vai fazer como a moça? Ela não matou, não assassinou, etc., ela pegou uma mochila e está grávida." E perguntei: "O senhor tem assistente social para atender a moça?" "Não". "O Senhor tem uma psicóloga para conversar com ela?" "Não". "O senhor tem um advogado para dar para ela?" "Não". "É lógico, não colocaram o meu projeto em prática, por isso que não tem."

Tenho um projeto aprovado aqui, criando psicólogas, assistentes sociais, advogados em todas as Delegacias do Paraná. "Não tem, então não pode ser resolvido, o senhor não vai prender essa menina". Aí ela

reclamou do 8º Distrito, me deu uma aula. Tudo bem, a menina foi liberada.

Está preso no Rio de Janeiro, Deputado Vanhoni - vi no "Bom Dia Brasil" e assisti na TV Cultura no "Opinião Nacional", que aconselho os senhores assistirem esse grande jornalismo da TV brasileira, apresentado pelo Eródoto Hyamona - assisti a reportagem de uma jovem que foi presa no Rio de Janeiro, por roubar três pacotes de absorventes, porque ela estava menstruada e não podia comprar o absorvente. Essa jovem pegou 1 ano e meio de penitenciária. O filho do Senhor Ministro Odacir Klein matou, atropelou um pobre, passou com o carro, não socorreu. Sabe qual foi a pena que ele levou, Deputado Ademar Traiano? Ele vai dar uma cesta básica uma vez por mês para uma creche. E pergunto: e a família do rapaz que foi...

Concedo um aparte ao Deputado Antonio Annibelli.

O Sr. Antonio Annibelli - Deputado Alborghetti, sempre respeitamos Vossa Excelência na tribuna, mas não podemos admitir que Vossa Excelência se refira ao companheiro Odacir Klein - um homem que chorou, que tem vergonha na cara, um gaúcho. E fico emocionado, porque atropelar uma pessoa - já passei por isso - ninguém faz por gosto ou porque é político. Ele teve vergonha na cara e dignidade de pôr o seu cargo à disposição do grande Presidente Fernando Henrique Cardoso, e o Presidente aceitou. Se fosse eu o Presidente, não aceitaria. O Ministro teve a dignidade, foi meu Líder na Câmara dos Deputados, é um homem de vergonha na cara, de raça, e poucos têm a dignidade do senhor Odacir Klein.

Tive a amizade e o amor a Deus de mandar um telegrama em solidariedade ao sofrimento da família de Odacir Klein. Não podemos usar o exemplo com cocaína e atropelamento, misturando o homem sério que é Odacir Klein no Brasil, e respeitado.

(Tumulto no Plenário)

Peço que Vossa Excelência cite o caso, mas sem nada de pejorativo contra esta figura maravilhosa e digna do Brasil, como poucos políticos têm

nesse País, a dignidade do Odacir Klein.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Tudo bem, respeito Vossa Excelência, só que tem um detalhe: o filho atropelou, ele fugiu e o filho também fugiu.

Essa é a verdade, todo mundo noticiou, foi a verdade, ele mesmo deu um depoimento que realmente, na hora, estava emocionado.

Estou dizendo que a pena não deveria ser uma pena de entregar uma cesta básica, deveria ser uma pena de prestar serviços.

(Tumulto no Plenário)

O Sr. Antonio Annibelli - O Fernando Collor está pondo "privada de ouro" com o dinheiro do pobre, do "pé descalço", que é o seu eleitor. O maior "ladrão da República", do PRN, e está lá, fugido, em Miami.

Estou emocionado porque não posso ver um amigo meu ser ofendido. Como eu defendo Vossa Excelência se alguém falar mal de Vossa Excelência...

(Tumulto em Plenário)

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só estou dizendo a sentença. Não concordei com a sentença...

O Sr. Antonio Annibelli - Vamos comparar, vamos criticar os donos de Cartório, vamos à Justiça do Paraná. Vamos, faço um desafio a Vossa Excelência, vamos pegar a "Folha de São Paulo" e ver as mutretas de Cartório que existem no Paraná e no Brasil.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Não tenho acompanhado isso aí, sei que Vossa Excelência tem acompanhado e é revoltado com esses casos aqui no Paraná.

Agora, não estou faltando com o respeito, estou dizendo aqui, Deputado Ângelo Vanhoni, que atropelou junto com o Ministro e ninguém socorreu. Esta é a verdade. Acompanhamos tudo pela "Folha de São Paulo", ninguém socorreu. A pena foi de entregar uma cesta básica uma vez por mês e cassar a carteira de motorista por dois anos.

Então, existem coisas que não dá para se entender. Eu acharia que deveria ser instalada uma antena educacional neste caso, por exemplo: você dá uma condição para que prestasse serviços, porque esta moça que está presa no Rio de Janeiro causa um prejuízo de 20 mil dólares para o Governo. Se ela estivesse prestando uma pena educativa, trabalhando numa creche durante oito horas; trabalhando em qualquer estabelecimento durante oito horas, ela não daria esta dívida ao Governo. Outro detalhe: este caso desta jovem grávida, que poderia ter sido ontem encaminhado ao Poder Judiciário, se ela fosse presa iria causar um ônus muito grande ao Governo do Estado do Paraná.

Quanto ao caso do filho do Odacir, acho que ele deveria sofrer uma pena educacional maior, porque ele não socorreu. Então, ele deveria prestar serviços em alguma entidade assistencial.

Tem aparte o Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Só pedi um aparte porque estava acompanhando o seu raciocínio desde o início, e acho que o nobre amigo Deputado Antonio Annibelli não compreendeu a observação feita em relação ao acidente com o carro do Ministro: quem estava dirigindo o carro era seu filho, acompanhado do Odacir - não percebeu qual era o exemplo que Vossa Excelência estava dando.

Não se trata simplesmente de se tecer uma crítica ao Ministro, não é esse o problema. É que a Justiça tem duas medidas, era isso que o senhor estava querendo dizer. Para o filho de uma pessoa influente, que tem relações sociais, que tem poder na sociedade brasileira, a Justiça se comporta de uma determinada maneira; para aqueles que já têm uma vida miserável, não têm salário, vivem numa condição subumana, a Justiça tem todo o rigor da lei.

Há um depoimento de uma cartilha que está sendo distribuída agora pela CNBB, em relação a esta Campanha, que os dados são estarrecedores. Se somadas todas as penas em função dos delitos econômicos que foram cometidos, assaltos a Bancos, violências, todos os problemas

econômicos, nos nove mil presos do Carandiru, não chega a 5% do escândalo do Orçamento no Congresso Nacional, quando houve o processo que todos ficamos sabendo o que é que estava acontecendo no Congresso Nacional.

O que a CNBB está querendo dizer com isso? Há uma lei, há uma justiça que para os pobres é todo rigor, desde aquele que faz a violência, que tem que ser combatida com o maior rigor, com a maior violência por parte do Estado, aquele que assassina, aquele que assalta com a mão armada, estupra, enfim, que fazem atentado contra a vida e contra a dignidade das pessoas. Mas, em função das desigualdades existentes na sociedade, a justiça brasileira privilegia aqueles que têm posses e aqueles que têm relações - às vezes nem posses precisa ter, só tendo relações estabelecidas na sociedade a justiça se comporta de uma outra maneira. E o caso do filho do Ministro, Deputado Annibelli - em que pese que o Odacir seja uma das figuras emblemáticas do combate das desigualdades sociais, seja um grande defensor da democracia no País, seja um tremendo exemplo na conduta política que os gaúchos trouxeram para o País como um todo, e é algo que reconheço, e todos nós reconhecemos - mas o exemplo, infelizmente, que ficou, é de que o filho do ex-Ministro não socorreu, num acidente de automóvel, o acidentado e não teve pena nenhuma.

Enquanto que - vou dar um exemplo agora que vi...

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só uma coisa: eu estava falando sobre a pena que está sendo debatida na imprensa, a pena educacional. Por exemplo, tem coisas que não admito: quando se fala do meu Parlamento, que Deputado ganha isto ou aquilo. Mas ninguém sabe dos problemas de cada Deputado. Estou dizendo da pena educacional - pode acontecer com meu filho, Deputado Annibelli, o senhor não acompanhou meu raciocínio. Estou contando caso por caso. Por exemplo, do filho do Ministro Odacir Klein: na pena educacional poderia ele prestar serviços numa creche oito horas num sábado ou num domingo.

Era isto que estava me referindo. Vossa Excelência por favor me entenda.

O Sr. Péricles Mello - Tenho o maior respeito pelo senhor como grande orador que é, mas me parece que há uma ambigüidade em seu discurso.

O senhor começou se colocando contra a Campanha da Fraternidade...

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - A Campanha da Fraternidade, sou a favor para os encarcerados pobres, que já cumpriram pena.

Espero que o senhor tenha me entendido.

O Sr. Péricles Mello - Acho importante, o senhor faz um discurso contra, inclusive, à população pobre. Para mim, todo discurso que prega a pena de morte, prega a prisão bárbara, o tratamento ruim das pessoas presas, é uma posição que é contra as pessoas pobres. Entendo assim, pois sou a favor da humanização das prisões. Os Bispos do Brasil também são a favor da humanização das prisões. E a Campanha da Fraternidade é pela humanização das prisões.

Agora, não posso entender que o senhor comece com um discurso contra a Campanha da Fraternidade e depois o senhor muda.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Vossa Excelência não está entendendo. Estou dizendo que nenhuma Campanha neste País é colocada em prática, Deputado Péricles Mello. Acho bonita a Campanha, só que todas as Campanhas lançadas...

Por exemplo, o Deputado Irineu Colombo fez uma CPI aqui, fez um debate no meu programa, lançamos, deu repercussão no começo, sobre a prostituição e depois parou. Ficou da mesma forma de antes.

O Sr. Péricles Mello - Só queria esclarecer, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a minha posição. Defendo a Campanha da Fraternidade, e uso os argumentos que o senhor usou, justamente para defender, e me parece que o senhor faz o contrário. O senhor primeiro ataca a Campanha da Fraternidade, e depois o senhor usa

dessa divisão entre as pessoas de menor poder aquisitivo para dar um certo sentimentalismo em seu discurso.

Desculpe-me, mas no fundo, o seu discurso é um discurso que ataca a Campanha da Fraternidade, e é por isso que discordo dele. Principalmente em um País em que uma pessoa, só pelo fato de ter um diploma de nível superior, tem prisão especial. Então, acho que o senhor tinha que ver bem o seu discurso, me desculpe.

O senhor, como radialista que é, faria um grande bem ao Paraná, se o senhor fosse um dos defensores da maior envergadura da Campanha da Fraternidade deste ano.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Então, só para encerrar, Senhor Presidente.

Deputado Colombo, concedo a palavra ao senhor.

O Sr. Irineu Colombo - Já de antemão, quero dizer para o Deputado Annibelli que o Odacir Klein foi candidato a Presidente da Câmara de Deputado Federal, apoiado pelo PT. Uma pessoa seriíssima, e a pena que ele recebeu foi perder o Ministério. Foi uma pena razoável pelo filho ter feito aquilo.

Mas, com relação a esta Campanha que a CNBB desenvolve, todo ano pega um tema, para potencializar aquela Campanha. Não dá para fazer cinquenta Campanhas ao mesmo tempo, que daí fica difícil. Do ponto de vista da conscientização, para levar ao debate, acho que está correto. A virtude da Campanha é excepcional.

Já discutimos aqui com o senhor, já tive a oportunidade de estar aí na tribuna e o senhor debatendo comigo: da prisão, do ponto de vista da racionalidade dela. Quer dizer, para que serve a prisão? Ela não pode ser apenas punitiva, ou depósito de carnes humana. Depósito de pessoas. Não pode. Então, tem gente lá, Deputado - o senhor sabe disso - tem presos como esta garota que foi presa aí no Rio de Janeiro - um ano e tanto. Tem gente que fica mais tempo porque não tem nenhum advogado que vai ver a questão.

Em Toledo tem preso que não acharam o processo dele, e ele estava

preso. Uma cópia de xerox ou de fax lá que um Delegado mandou para o outro.

Então, a questão passa por uma reflexão da operacionalização das prisões, da humanização das prisões, da recuperação do preso. Têm presos tão perigosos, aqueles que são irrecuperáveis, que não têm jeito, e tem aquele que, numa briga de boteco perdeu a cabeça. De repente, sai da prisão com um diploma de marginal de primeira categoria, porque aprendeu a malandragem na prisão. Isso a Campanha da Fraternidade começa a repensar, isso tudo.

Mas, associado a isto tem uma outra questão, que hoje a Justiça é morosa e está ficando pior. Além disso, a Campanha da Fraternidade repensa o seguinte: nas decisões de Tribunais Populares, sempre tem dado as penas compatíveis, mais ou menos similares, em casos similares, penas similares. Quer dizer que o povo sabe julga bem. Agora, nem sempre isso acontece quando sai da cabeça do juiz esta decisão.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Se investir mais no Poder Judiciário, se investir mais em Juizes, criar mais Varas e colocar uma série de debates que já fizemos neste Parlamento, eu, o Annibelli, o Pessuti, na época da Constituição, e o Deputado Caíto. Se aplicar mais na Justiça, porque têm presos aí que já estão com as penas vencidas e não estão nas ruas. Estou dando exemplos, aqui. Pelo amor de Deus, entenda-me! Estou cheio de ver campanhas!

Aparece na "Globo" este rapaz dos "Trapalhões", o Dedé, fazendo aquela campanha; aparece o Betinho fazendo campanha. De repente, Annibelli, some, desaparecem estas campanhas e continua tudo como estava antes. Esse é o meu raciocínio.

O Sr. Irineu Colombo - Quero dar um dado de alguns eventos com relação a esta questão: o trabalho infantil e da prostituição infantil no Estado do Paraná. Acho que a Assembléia aqui tem que trazer para si este tributo. Nós, por conta da CPI, indicamos à Justiça aqui do Paraná, ao Tribunal de Justiça, a criação de cinco Varas. E foram criadas em Foz do Iguaçu, Londrina, Ponta Grossa,

Cascavel, Curitiba, Varas da Infância com especialização e com gente para acompanhar o processo. Tanto é, que em Foz do Iguaçu não apareceu mais caso de prostituição infantil. Foz do Iguaçu era um caso seriíssimo. Há, inclusive, alguns dados que diz que a prostituição passou para o lado do Paraguai. Bom, se passou do lado de lá, já não é tanto problema nosso.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Saiu na "Globo" esses dias, no "Fantástico", mas não é problema do Brasil.

O Sr. Irineu Colombo - Então, de certa forma, o processo está sendo mantido. Aliás, a Secretaria da Criança - quero ser testemunha disso, porque no relatório que o Deputado Durval Amaral fez, indicava que a saída não era repressora, a saída estava na educação, no aspecto lúdico da situação e com assistente social e a Secretaria da Criança está adotando estas posturas.

Estão surgindo os Fundos Municipais da Criança e do Adolescente com dinheiro de recursos. Na minha cidade tem uma entidade que acompanha essas meninas grávidas, as garotas que estão nas ruas, fazendo uma abordagem - não policial repressora - de simpatia e conversa, porque essas crianças estão se prostituindo tanto por uma questão de pobreza e afeto também, que às vezes é negligenciado. As crianças estão sendo exploradas.

Com relação ao turismo sexual, as empresas do Brasil que estavam fazendo esse tipo de "merchandising" lá fora, todas elas sofreram violenta repressão aqui e lá fora, principalmente as empresas que tinha ligações com as empresas alemãs, porque os alemães gostavam de vir transar com as brasileiras - realmente muito bonitas - mas faziam um trabalho comercial em cima delas. Então, teve uma repressão significativa.

Os trabalhos estão indo devagarinho, porque este tipo de delinquência é escondida, não aparece no jornal como publicidade, e às vezes tem policial protegendo. Temos avançado, só que não tem aparecido este avanço. Temos verificado que determinadas campanhas e abordagens surtem efeitos positivos. Certo que

não é um resultado como construir uma ponte que dá para construir uma ponte e inaugurar e colocar placa.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Vossa Excelência chegou onde eu queria chegar. É isso que eu gostaria que o Deputado Péricles entendesse. Não entendo de bandido, de traficante, quem entra numa casa - como bem disse ontem à tarde o Deputado Tavares, porque às vezes você vê acontecer na casa do vizinho, o bandido entrar, estuprar, violentar, mas você não sabe a dor que esta família passou.

Houve um seqüestro aqui na Capital que não posso citar, estou proibido, foi um barbarismo com uma pessoa. O seqüestro dessa professora que hoje a "Tribuna do Paraná" divulgou hoje e que não apareceu, outro barbarismo. Não sabemos se está viva ou morta. Outro assassino que foi preso ontem, que só mata para roubar videocassetes, são barbarismos. A garota de programa lá de Londrina, foi assassinada e jogada em Tamarana com um tiro na cabeça e estão acusando um engenheiro. Presume-se que a bala seria do engenheiro. Presume-me. Presumir não é prova e agora foi descoberto que o assassino está preso na cadeia de Ibioporã. Estão fazendo um levantamento para saber quem é quem, mas parece que está sendo acobertado, porque é parente de alguém de Londrina, da região ali.

Sou contra crimes hediondos, crimes que denigrem e violentam as nossas famílias. Sou a favor que a Campanha dê certo para aqueles que já cumpriram as suas penas, que estão com as penas vencidas. Sou a favor que se ajude mais o Poder Judiciário, que haja mais Juizes e Promotores, um aceleramento maior para tirar esses presos, que cometeram pequenos crimes e que voltem à sociedade. Não adianta sair de lá sem um tostão no bolso, sem roupa e passar aqui no gabinete dos nossos Deputados e dizer que saíram da penitenciária agora, "não temos dinheiro para ir para o nosso destino e não queremos assaltar". Quantos não passam por aqui? Quantos não saem da penitenciária e que não vêm procurar uma passagem, um alimento para não voltar a delinquir e voltar às penitenciárias.

Por favor, entenda o meu raciocínio. Toda campanha tem seu fundamento, mas espero que essas campanhas, realmente, não as lancem no Brasil e fiquem só um mês, dois meses, dando-se a impressão que tudo vai ser resolvido e nada se resolve. É este meu ponto de vista a respeito da Campanha da Fraternidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Com a palavra, o último orador inscrito, Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) -
Quero anunciar a presença do Vereador de Matelândia, Nelson, e também do ex-Prefeito, senhor Olívio Massarolo.

E comunicar que a Bancada do PT tem um novo Líder, o Deputado Péricles Mello, que deverá, com certeza, fazer um brilhante mandato. Será entregue o Ofício a Vossa Excelência pela Liderança do Partido dos Trabalhadores na Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Cumprimentando o trabalho de Vossa Excelência frente à Liderança do Partido dos Trabalhadores, desejamos e almejamos ao ilustre Deputado Péricles Mello, o mesmo sucesso que Vossa Excelência e os outros Líderes que lhe antecederam obtiveram durante o exercício da Liderança.

Anunciamos também em nosso meio, a presença dos representantes das universidades estaduais, das faculdades isoladas, que representam os senhores servidores daquelas instituições, Jesus e nosso companheiros aqui do Sindicato de Londrina, e que nos trazem, realmente, aquele alento para que esta Casa tome conhecimento quando a matéria aqui aportará, sobre os senhores servidores daquelas instituições.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acompanhei a discussão agora à pouco nesta Casa, com relação aos problemas de segurança pública, justiça social, enfim, uma visão do Deputado Luiz Carlos Alborghetti com relação à questão dos presídios e, principalmente, com relação à Campanha

da Fraternidade que a Igreja Católica coloca em prática a partir de agora.

Há poucos dias estive aqui para dizer da nossa preocupação com um setor importante da vida nacional, que emprega centenas de milhares de pessoas no nosso Brasil, que é a nossa agricultura. E fico pensando, até, que na recepção feita por Sua Santidade João Paulo II ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Papa leu - através de uma missiva em português - a sua preocupação com um tema apaixonante do ponto de vista da vida nacional: a reforma agrária. E a reforma agrária, por uma questão ideológica ou se não por uma questão ideológica mas muito mais hoje por uma questão econômica, é uma questão que está na pauta da vida nacional.

Assisti o Ministro Raul Jungmann em várias de suas entrevistas, colocando o seu posicionamento com relação ao assentamento de trabalhadores sem terra neste País. E a preocupação do Senhor Ministro, Senhores Deputados, era principalmente, não só com o assentamento destas famílias, mas também, a sua preocupação era com a viabilização econômica das novas propriedades onde essas famílias seriam assentadas. E nós, que somos da região Sudoeste do Paraná, uma região de pequenos produtores rurais - aliás, 92% dos produtores da nossa região são produtores com área inferior a 50 hectares - e esses nossos agricultores estão por conta da política agrícola do Governo Federal, aliás, por conta da inexistência da política agrícola nacional, deixando o País numa encruzilhada.

Vamos ver ainda, neste Brasil, milhares de agricultores saindo das suas propriedades, indo para os grandes centros e transformando as periferias num problema sem solução. Discutíamos aqui a questão das injustiças, já ouvi pronunciamentos aqui com relação aos arrastões nos Rio de Janeiro, como se as pessoas que descessem no Aeroporto Internacional do Rio não tivessem a compreensão de que centenas e milhares de brasileiros naquele Estado, naquela Capital, não estão incluídos no processo produtivo e não tem absolutamente nenhuma ocupação que não seja viabilizar a sua renda através da delinquência.

Não é possível que assistamos isso sem mais uma vez, eu, como Presidente da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio aqui da Assembléia, dizer da preocupação que tenho. Nós aqui aprovamos uma lei que fiz, com estudo de vários técnicos e com aquilo que pude aprender na militância que tive na área da agricultura, que é o subsídio para o calcário. O calcário, que é fundamental para os nossos agricultores. Se não dermos o apoio - e os Deputados sabem aqui, os Deputados do interior do nosso Estado - suficiente aos pequenos agricultores, Deputado Colombo, não vamos ter como segurar esses agricultores produzindo. E não vai adiantar assentarmos 200 mil famílias no Brasil, se só no Paraná, em cinco anos, a projeção é de perdermos 150 mil pequenos agricultores. É necessário que tenhamos esta compreensão, urge uma necessidade de termos alternativas, não só do Poder Público, mas alternativas das próprias comunidades rurais.

Nós, do Sudoeste do Paraná, participamos esses dias, de uma reunião com Prefeitos, Deputado Vanhoni, procurando fazer uma Fundação para o desenvolvimento da agricultura. Queremos preservar no Sudoeste, quem sabe, a bandeira que nos une enquanto desafio, de representantes que somos daquela região, que é da manutenção da estrutura fundiária que o Sudoeste tem, não só pela dívida do povo, que é trabalhador, mas sim pelo fruto da sua luta, que conquistou com muita determinação, inclusive com o sangue dos nossos agricultores na revolta de 1957 na nossa região, mantendo lá a pequena propriedade.

Os que persistem lá, trabalhando na pequena propriedade, é muito mais por obstinação e pela sua tradição na agricultura do que por qualquer benesse do Governo Federal com relação a uma política agrícola. Não existe política agrícola. Se não temos seguro para os nossos agricultores numa atividade de alto risco, não tem como admitir que nesse momento, onde estamos colhendo uma das maiores safras de milho no nosso Estado, os nossos agricultores não estão garantidos sequer com o preço mínimo

estabelecido pelo próprio Governo Federal.

Agora, o preço dos insumos, esse sim, não tem controle, não tem sequer o cerceamento do Governo Federal, com relação ao abuso que faz na estabilidade do plano econômico, de aumentar 10, 20, 30, alguns itens dos insumos a serem consumidos pelos agricultores, em até 100%.

É lamentável que isso esteja acontecendo e acho que a raiz de todas as desigualdades sociais que existem neste País são de todo conhecido dos Parlamentares desta Casa. Mas é necessário que tenhamos a preocupação não só com a reforma agrária, que é uma necessidade que precisamos e vamos atravessar na história do nosso País por esse enfrentamento, mas muito mais também por valorizar aqueles agricultores que continuam produzindo.

Faço este alerta porque acho que precisamos nos unir, para que tenhamos a compreensão desta, que é uma matéria importante a ser discutida nos próximos tempos do nosso País.

Se 13 milhões de brasileiros estão consumindo a preço mais barato nos grandes centros, não é por dívida do Plano Real, e se equivoca quem pensa isso. É exclusivamente saído do setor produtivo, é o produto mais barato que o agricultor produz e vende, sem receber o que deveria receber por aquilo que produziu. Esse produto vai à mesa do nosso consumidor a um preço mais barato.

Agora, é impossível que tenhamos que permanecer num País onde abre-se as portas para o MERCOSUL e para o mercado internacional sem nenhuma proteção para o produto, julga-se apenas a globalização do produto puro, está o produto no mercado, mas não se julga a oportunidade e a capacidade de investimento dos nossos agricultores, que ficou parada ao longo desses últimos tempos.

Era isso, Senhor Presidente. Apresentamos um Requerimento há pouco tempo atrás nesta Casa, e esperamos, através do Bloco Parlamentar e da Comissão de Agricultura, que esse debate seja travado com muita seriedade, porque senão não vamos ter casa popular e nem Vila Rural que resolva o problema que teremos com o êxodo rural que vamos enfrentar, sem

termos uma política agrícola neste País.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, está inscrito o Deputado Miltinho Puppio, que iria falar sobre o gado de corte do Paraná, mas estando faltando alguns elementos, ele transfere para outra oportunidade.

Concedo o Horário das Lideranças ao PDT. Deputado Walmor Trentini, nosso Líder.

O SR. WALMOR TRENTINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tenho a alegria e a honra de comunicar a esta Casa e a todos os seus membros, que no último dia 15, por deferência de todos os colegas do PDT e do Presidente do nosso Partido, fomos designados para liderar o PDT nesta Casa. PDT do Governador Jaime Lerner, expressão e liderança máxima do nosso partido; da vice-Governadora Emilia Belinati; do Prefeito de Curitiba Rafael Greca; do Prefeito de Londrina Antonio Belinati; do Líder do Governo Valdir Rossoni; do nosso 1º vice-Presidente Luiz Carlos Zuk; do nosso querido Secretário Luiz Carlos Martins; da maior Bancada representativa, com 11 Deputados nesta Casa. É uma honra que engrandece qualquer Parlamentar.

Diálogo, coerência e lealdade guiarão a nossa atuação, que colocaremos a serviço do partido, da Assembléia e do Governo. Colocaremos, acima de tudo, a serviço da população do Paraná, em busca da melhor qualidade de vida da nossa gente.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

(Lê):

"O Brasil e o Paraná começaram a despertar para a dimensão da perda de Darcy Ribeiro. Na verdade, é que a obra do imortal antropólogo, um incorrigível apaixonado pelo povo brasileiro e pelo sonho, utópico ainda, da retornada de nossa identidade como nação de vanguarda, transcende o País, e é referencial para toda a humanidade. O respeito do nosso Darcy às populações indígenas, aos miscigenados e às crianças, se materializou em cada gesto, em cada

palestra, de forma incansável. O Darcy Ribeiro não foi apenas um extraordinário Senador, escultor, antropólogo, sonhador. Em tudo que se dedicou, suas idéias absolutamente lúcidas foram recebidas como distantes, porque sempre foi um homem à frente do seu tempo, e com a inquietação de quem via a urgência de se resgatar as injustiças sociais.

Além de sua obra imortalizada nos livros que produziu e que muitos deles foram traduzidos para mais de vinte idiomas, foi no exercício político que pôde interferir na realidade, mudando as feições do País. Nos Governos JK e João Goulart foi convidado para elaborar as diretrizes para o setor educacional e com isso criou a famosa e competente UNB - Universidade de Brasília.

Viveu a experiência do exílio quando do golpe militar de 1964, servindo o governo de Salvador Allende, no Chile.

Educador ímpar, fundou o nosso Partido - PDT, em 1982, e nele construindo sua trajetória política atual. Foi vice-Governador e Coordenador do Programa Especial de Educação, no primeiro Governo pedetista de Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, eleito em 1982, em cujo período desencadeou o mais revolucionário programa de educação de tempo integral, os CIEPS, cuja meta de 500 unidades, batizadas de 'brizolões' pelas populações cariocas e fluminenses, foi alcançada no segundo Governo de Brizola, atendendo mais de 300.000 crianças durante 8:00 horas nessas escolas.

É dele a idealização do Sambódromo na Praça da Apoteose, no Rio de Janeiro, que além de definir espaço próprio e permanente para manifestações populares, abriga escola, no aproveitamento de suas formas arquitetônicas. Durante o Governo de Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, iniciado em 1991, criou e implantou em Campos, a Universidade do III Milênio, trazendo cientistas russos e cubanos de reconhecida capacidade, para capacitar nossos técnicos nas áreas de petróleo e química fina, pois sempre entendeu que para sermos um País soberano, precisamos dominar a tecnologia de ponta em todos os setores.

O nosso Darcy, incansável no mandato de Senador pelo PDT, eleito pelo povo do Rio de Janeiro em 1990, mergulhou de forma profunda na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, recém sancionada e em uma de suas últimas idéias: o 'Projeto Caboclo', voltado para a população amazônica, o qual prevê a montagem de tabas para a plantação e exportação de produtos típicos.

É dele, a nível nacional, o projeto que obriga a mistura de substância fétida à cola de sapateiro, para eliminar que meninos e meninas pobres continuem a usá-la como entorpecente. Aliás, esse projeto, a nível de Estado, de nossa iniciativa, encontra-se tramitando nesta Casa, Senhor Presidente, e será sem dúvida, uma homenagem a este homem público, sua apreciação e implantação em nosso Estado.

Mas a obra de Darcy Ribeiro, luminar de nosso tempo, é imensa, e certamente será objeto do reconhecimento por parte dos brasileiros que amam esta terra, como ele sempre a amou.

Peço por derradeiro, Senhor Presidente, que seja juntada a esta manifestação, o texto publicado na 'Gazeta do Povo', na edição de hoje, pág. 16, sob o título: 'MORTE ANUNCIADA LEVA 23 ANOS', que retrata outros aspectos da saga desse admirável brasileiro.

Tenho certeza, em nome da Liderança do PDT - e o nosso Governador Jaime Lerner irá pronunciar as justas homenagens a este seu companheiro e amigo - iremos propor que cada escola que surgir em nosso Estado, seja batizada com o nome desse educador notável, de modo que em cada cidade seja conhecido pelo que representou para o País e para a educação deste Brasil.

Muito obrigado."

O Sr. Caio Quintana - Deputado Trentini, acho que Vossa Excelência faz nesta Casa, como Líder do PDT, uma homenagem pela Assembléia Legislativa, e gostaria de me incorporar a este pronunciamento de Vossa Excelência, e que ele representasse o pensamento dos Parlamentares do Paraná, num reconhecimento à capacidade

indiscutível de ação política do nosso querido Senador Darcy Ribeiro, e à sua dedicação por uma das causas maiores da recuperação da dignidade nacional, que é a causa da educação.

Muitos, Deputado Trentini, muitos políticos, muitas pessoas que disputam cargos, têm como bandeira entre suas bandeiras durante as eleições, a educação, e poucos, depois, põem em prática esta luta pela educação, e acredito que o Senador Darcy Ribeiro é um exemplo claro e vivo de um político que, no curso de sua vida, teve dedicação quase que exclusiva para a educação, tanto que anos e anos de sua vida parlamentar gastou no estudo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada recentemente no Congresso.

Quando, tantas e tantas vezes, ouve-se pela imprensa colocar o político na vala comum, como se todo o Congresso, todo o Senado, toda a Câmara Federal, todas as Assembléias, todas as Câmaras, pelo fato de que as pessoas que lá estão sejam políticas, são desconsideradas, a morte de Darcy Ribeiro resgata em parte a dignidade do Parlamento, quando tantas e tantas manifestações de segmentos da sociedade vêm espontaneamente lhe prestar uma homenagem, como as próprias tribos indígenas, reconhecendo o seu trabalho.

Parabenizo Vossa Excelência, me somo a esta homenagem, e acho que nada mais justo que os brasileiros, no dia de hoje, prestem esta homenagem, pedindo a Deus que dê ao nosso querido Senador o descanso, a paz e a eternidade que ele merece, por ter plantado este direito para sua existência sobre a terra.

O Sr. Péricles Mello - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Queria me somar ao seu pronunciamento, ao pronunciamento do Deputado Caio Quintana, em nome da Bancada do PT, porque perdemos um dos maiores brasileiros deste século. Acho que a figura de Darcy Ribeiro é de um homem moderno, de um homem que viveu todas as tensões de sua época, que sempre se posicionou com relação ao seu tempo.

Um homem que conheceu a proposta, a utopia das reformas

populares de João Goulart; conheceu o exílio; que fundou, que concebeu a Universidade de Brasília; um etnólogo reconhecido internacionalmente; romancista; um político; um educador. É uma figura das mais notáveis e acho que todo o Brasil, todos os Partidos políticos, o povo brasileiro, devem reconhecer em Darcy Ribeiro esta grande figura, e queremos nos somar, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores a este momento, ao seu Partido e a todos os demais Parlamentares desta Casa, nesta homenagem mais que merecida ao nosso grande intelectual Darcy Ribeiro.

O SR. WALMOR TRENTINI - Agradeço a participação do Deputado Caíto Quintana, do Deputado Péricles, que engrandecem o nosso partido e a memória do nosso querido Senador Darcy Ribeiro.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Horário das Lideranças.

(Todas as demais declinam)

Anunciamos a presença em nosso meio, por solicitação do Deputado Nelson Garcia, do Prefeito de Rondon, José Augusto; do Prefeito de Nova Olímpia, Sidney; do Prefeito de Tapira, Wagner; do Prefeito de Esperança Nova, Tarcísio; do Prefeito de Pérola, Valdecir; do Prefeito de Mariluz, Ilmar; do Prefeito de Engenheiro Beltrão, José Dal Ponto; do Prefeito de Doralina, Zezinho; do Prefeito de Cruzeiro do Alto, Mazei; do Prefeito de Cafezal do Sul, Paulo; e do Prefeito de Xambré, Décio; todos acompanhando o ilustre Deputado Nelson Garcia.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, havia me inscrito para falar no Horário das Lideranças, e ia abordar a questão dos títulos de terra em Pitanga, que está gerando alguma dúvida por parte de alguns Parlamentares, mas devido a um apelo do Líder do Governo, Deputado Rossoni, que parece que a Presidência do BANESTADO vem aqui nesta Casa, peço apoio dos Parlamentares para aprovação desta matéria na tarde de hoje.

Amanhã farei um pronunciamento a respeito deste assunto, dando as explicações necessárias.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente registrado, nobre Deputado Renato Adur.

Anunciamos a presença do Prefeito de Santa Mariana, Antonio Carlos Braz.

Está encerrada o Horário do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, após o Expediente e antes de começar a votação da Ordem do Dia - em razão de não termos feito na sessão anterior - queria registrar aqui, em nome da Bancada do PMDB, o nosso agradecimento mais efusivo e sincero ao companheiro Toti Colaço, que no dia de ontem encerrou a sua missão de Líder da Bancada do PMDB, a qual desempenhou com lealdade e companheirismo, enfrentando uma eleição municipal - aliás, duas eleições municipais, até - durante este período.

E, ao mesmo tempo, cumprimentar e comunicar aos demais companheiros - e demonstrar a nossa solidariedade da Bancada ao nosso novo Líder, eleito por unanimidade no dia de ontem, Orlando Pessuti, que passará a

responder por nossa Bancada a partir da reunião do dia de hoje.

Agradeço a sua deferência de nos permitir essa questão de ordem um tanto quanto fora do Regimento, mas para podermos fazer esse comunicado no dia de hoje aos nossos companheiros da Assembléia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Associado à sua manifestação, a Mesa Executiva também agradece a compreensão, a solidariedade, principalmente a oportunidade em que Toti Colaço desempenhou a Liderança do PMDB, sempre fazendo o melhor para que esta Casa realmente alcançasse os seus objetivos.

E desejando ao novo Líder, Orlando Pessuti, que trilhe realmente com o mesmo sucesso que o Toti desempenhou na Liderança do PMDB.

Projeto de decreto legislativo de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de decreto legislativo de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Cumprimentando e também se associando à responsabilidade que o ilustre Deputado Caíto Quintana terá neste encargo, em nome desse Poder Legislativo do Estado.

Ofício nº 006/96-GL-PMDB, subscrito pelo Senhor Deputado Orlando Pessuti, na qualidade e Líder do PMDB, constante do expediente, comunicando a eleição para eleger o novo Líder da Bancada. À Diretoria Legislativa, para anotar.

É com satisfação que anunciamos o que foi comunicado pelo ilustre Deputado Caíto Quintana, e, cumprimentando o Líder que se ausenta, Toti Colaço.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 469/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Banda Municipal de Tibagi, com sede e foro no Município de Tibagi. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 504/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Presidente Afonso Camargo, Ensino de 1º Grau, com sede e foro no Município de Loanda. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 519/96, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradias de Porto Seguro, com sede e foro nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 018/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a João Marco Nicaretta, o Lote nº 055, do imóvel Cascata, Município de Pitanga, com área de 171,0549 ha. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.I.C.. Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 18/96

P A R E C E R:
Oriundo de Mensagem Governamental nº 023/95, o Projeto de Resolução 1896 autoriza o Poder Executivo a alienar a João Marco Nicaretta o lote nº 55, do imóvel Cascata, situado no Município de Pitanga, com área de 171,0549 hectares.

A Comissão de Constituição e Justiça manifestou parecer favorável à sua aprovação e apresentou o presente projeto de resolução.

Analisando a matéria, temos que a mesma encontra-se em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis.

Assim, manifestamos parecer favorável à normal tramitação do Projeto de Resolução nº 18/96.

Sala das Comissões, em 17.12.96.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente
IRINEU COLOMBO - Relator

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 019/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a José Ailson Nahm, o Lote nº 160, da Gleba 02, Colônia Boa Ventura, do Município de Pitanga, com área de 86,3094 ha. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19/96

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem Governamental nº 022/95, o Projeto de Resolução 1896 autoriza o Poder Executivo a alienar a José Ailson Nahm, o lote nº 160, da Gleba 02, Colônia Boa Ventura, situado no Município de Pitanga, com área de 86,3094 hectares.

A Comissão de Constituição e Justiça manifestou parecer favorável à sua aprovação e apresentou o presente projeto de resolução.

Analisando a matéria, temos que a mesma encontra-se em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis.

Assim, manifestamos parecer favorável à normal tramitação do Projeto de Resolução nº 18/96.

Sala das Comissões, em 17.12.96.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente
IRINEU COLOMBO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Sobre a mesa, Requerimento nº 076/97, de autoria dos Senhores Deputados Plauto Miró Guimarães, Walmor Trentini, Cezar Silvestri e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) -
Senhor Presidente, não sei se esse Pedido de Informações - ainda estamos estudando para ver se será protelada a discussão dele para amanhã. Gostaria de ouvir da Presidência se é possível adendar a este Pedido de Informações, esclarecimentos sobre a comissão que investigou o atentado contra o Secretário de Segurança, que até agora não teve o relatório definido.

Então, se a Secretaria de Segurança esclarecesse em que pé está o processo, e mandasse notícias para a Assembléia Legislativa, porque, na realidade, se tratou de um atentado contra o Secretário de Segurança.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Esperamos um Requerimento de Vossa Excelência neste teor, daí a Mesa e o Plenário terão a oportunidade de apreciá-lo.

Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) -
Senhor Presidente, acho que é sábia sua solução, porque segundo diz o Deputado Vanhoni, é um tanto difícil de adendar a este pedido agora.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem) - Talvez não haja mais um mal entendido quando talvez tentei explicar algumas coisas, mas meu amigo Deputado Annibelli entendeu agora.

Acho louvável a atitude de Vossa Excelência, acho louvável e aplaudo em pé, porque realmente, tanto votarei com a minha Bancada, e votarei com Vossa Excelência.

Também estou interessado em saber o nome da força oculta que tentou matar o Secretário de Segurança do Estado do Paraná. Olha, me arrepia, gostaria de saber, peço que Vossa Excelência encaminhe este Requerimento e voto com Vossa Excelência.

E aplaudo também os grandes Líderes deste Parlamento, porque gostaria de saber quantos delegados assistenciais tem no Paraná? Porque vejo aí uma fumaça de que teremos mais um candidato a Deputado Estadual no meu Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Em votação.
Aprovado.

Requerimentos nº 056 a 058, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 059, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 061 a 066, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 067, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 069, de autoria do Senhor Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 072, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 073 e 074, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 075, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 077, de autoria do Senhor Deputado José Maria

Ferreira, constante do expediente. **Em votação.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 20, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 021/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 407 e 552/95, 111 e 184/96.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO BETO RICH, EM SESSÃO DO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 1997.

RELATÓRIO DE AUDITORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, REFERENTE À PONTE DO RIO PARANÁ NO MUNICÍPIO DE GUAÍRA